



CONSTANTINE IX

ROYO Y IMPERAD

A.S. 291

MARÇO, 2022

No.4 de 2022

**Um Ato relativa à Necessidade de Reformar o Parlamento
Imperial**

Aprovado no 24 de Março, 2022

SARHOLM, 2022



SEJA PROMULGADA, pelo Gabinete do Primeiro-Ministro do Novo Império Saroviano e Suas Colônias e Domínios, com o conselho e consentimento do Parlamento Imperial do mesmo, como segue:

A Necessidade da Reforma

1. O Novo Império Saroviano é a principal nação democrática da Comunidade Militar do Graal e é um dos únicos exemplos de democracia em funcionamento. No entanto, não está sem seus defeitos. É suscetível à influência estrangeira como qualquer democracia, e é necessário que os sarovianos patriotas a chamem para fora e rejeitem a intromissão estrangeira nos assuntos sarovianos. Pior que a influência estrangeira, ela está se tornando cada vez mais autocrática e controlada por aqueles que são donos do país e não pelo povo que nele vive. Apesar do poder do Primeiro-Ministro para quase todos os poderes necessários, aqueles que influenciam os titulares do cargo muitas vezes não são democráticos.

A Constituição promete claramente que Sarovia deve "reconhecer cada cidadão como um parceiro igual no governo", bem como proteger a democracia saroviana "contra a corrupção da tirania e a renúncia da razão". É necessário, portanto, fazer as reformas necessárias, dentro dos poderes concedidos ao Governo, para cumprir as promessas feitas à Constituição que garante a igualdade de todos e cada um dos sarovianos.

O Banimento da Meditação Imperial nas Comuns

2. Tem sido alegado através de numerosos dissidentes que Sua Majestade Imperial tem uma influência considerável na supervisão da Câmara dos Comuns. Enquanto nós, sarovianos, estamos igualmente obrigados a proteger a instituição da monarquia, é inaceitável que o Imperador ou qualquer um de seus sucessores influencie o governo eleito democraticamente, formal ou informalmente. É proposto então:

- a) A neutralidade política teórica a que a Casa de Vasa mais ou menos aderiu no passado deve agora ser consagrada como lei. É proibido para o atual soberano do Novo Império Saroviano e suas Colônias e Domínios expressar qualquer apoio político a um ou outro partido.
- b) Caso o soberano se imiscuir nos assuntos do governo democraticamente eleito e ao ser solicitado a retirar seu apoio, o Ato de Regência entrará oficialmente em vigor por um mandato de uma semana - com um membro da Casa de Vasa tornando-se o regente. Como é constitucionalmente impossível para o soberano ser julgado em um

tribunal, a redução temporária de seu poder será adequada o suficiente para um lembrete.

O Soberano é nobre demais para apoiar as políticas do povo comum. Esta seção se aplica apenas à Câmara dos Comuns como sugerido pelo nome - Sua Majestade Imperial pode fazer comentários e falar com seus nobres pares para garantir que a legislação possa ser aprovada. No entanto, ainda é estritamente proibido ao soberano expressar apoio político aos partidos na Assembléia de Pares.

A Casa de Vasa e os Comuns

3. A fim de democratizar ainda mais o governo, é necessário remover a influência da Casa de Vasa sobre o governo eleito democraticamente. Recomenda-se que todos os futuros membros da Casa de Vasa e cadetes sejam impedidos de concorrer à eleição na Câmara dos Comuns, com a intenção de, dentro de anos, todos os membros da Câmara serem banidos. Todos os membros atuais da Casa de Vasa estão impedidos de concorrer à eleição na Câmara dos Comuns da mesma forma, exceto os seguintes indivíduos que podem continuar a concorrer ao cargo devido ao seu serviço anterior no governo democraticamente eleito:

- a) Sua Alteza Imperial, o Príncipe de Kiev,
- b) Sua Majestade Imperial, a Imperatriz-Consorte,
- c) Sua Graça, o Duque de Preuze Superior.

Uma intenção futura de emendar a Constituição

4. Uma emenda à Constituição é difícil de ser alcançada, mas é necessário apontar uma falha constitucional. Na Constituição, os membros do Parlamento que se aposentarem de Sarovia podem permanecer legalmente como membros do parlamento. Isto não foi contestado nas cortes, e pela prática novos deputados são eleitos/indicados conforme o Ato Eleitoral, mas é necessário que este tópico seja visitado na próxima convenção constitucional e substituído por uma alternativa que permita que as eleições parciais ocorram.

Membros do Parlamento não-Pares

5. A Câmara dos Comuns está se tornando cada vez mais administrada por membros do Pariato. Nas últimas eleições, os deputados eleitos pela metade também tinham títulos nobres. Isto é cada vez mais antidemocrático e deve ser tratado imediatamente. Sugere-se, portanto, que o seguinte seja aplicado imediatamente:

- a) Nenhum membro da Assembléia de Pares deverá se sentar como membro do Parlamento na Câmara dos Comuns em uma sessão parlamentar consecutiva: depois disso, deverá se abster de se sentar na Câmara dos Comuns por um mandato ou

renunciar permanentemente ao seu assento na Assembléia de Pares. Eles podem manter seu nobre título, mas nenhuma das regalias que o acompanham.

- b) Caso mais de 50% da Câmara dos Comuns seja membro da Assembléia dos Pares, uma nova eleição deve ser realizada dentro de uma semana.

Um Apelo para Abolir Títulos

6. A atual Assembléia de Pares tem se sentado sobre seus louros em meses recentes e tem se recusado a participar de reuniões parlamentares como contagem de votos ou discursos do Trono. A atual Assembléia está atualmente manchada por uma infinidade de membros que rejeitam seus deveres e obrigações como membro da nobreza saroviana. Não está na prerrogativa do governo dissolver os títulos de nobreza, pois o soberano é a fonte de honra. Entretanto, está dentro da prerrogativa do governo declarar indivíduos legalmente mortos, engajando-se assim no legítimo ato de sucessão de seus títulos. O governo de Sua Majestade Imperial declara os seguintes indivíduos como mortos legalmente:

- a) Fluffy, a Baronesa de Modena,
- b) Frap, a Baronesa da Scotia,
- c) Enrico Atlas, o Barão de Belmont,
- d) Bunny, Dama da Ordem Mais Nobre do Novo Império Saroviano,
- e) Lawliet, o Barão Mako,
- f) e Romeo Lyon, o Duque de Sorrel.

O Governo de Sua Majestade Imperial também pede, conforme a Constituição, que Sua Majestade Imperial declare Dom George, Duque de Vurgos, legalmente morto, e tome o título de Duque de Vurgos para si mesmo, para distribuir conforme necessário.

Necessidade de Comparecer

7. O Parlamento Imperial acredita firmemente que a Assembléia de Pares não deveria ter o direito de receber um salário e não contribuir para a democracia e o debate sarovianos. Portanto, é mandatado que todos os membros da Assembléia de Pares, sejam eles cavaleiros de uma ordem ou nobreza desembarcada, tenham a necessidade de comparecer à Assembléia de Pares para a maioria dos seguintes eventos:

- a) Discursos do Trono,
- b) Uma reunião da Assembléia de Pares por mês, no mínimo,
- c) O atendimento de futuras investidas da nobreza,
- d) O chamado direto de Sua Majestade Imperial o Imperador para atender, sem desculpas,
- e) E o comparecimento obrigatório absoluto de qualquer futura coroação de monarcas.

Infrações repetidas e recusas de comparecimento podem resultar na declaração da morte legal dos titulares pelo Governo de Sua Majestade Imperial, e na continuação da linha de sucessão.